CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 11 | SETEMBRO/2019

ANO 2 | Nº 11 | SETEMBRO/2019

CONJUNTURA
CNseg

Dados Susep de julho de 2019
Dados ANS de março de 2019

CONJUNTURA
CNseg

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

ANO 2 | Nº 11 | SETEMBRO/2019

Sumário

Apresentação 5

Editorial 6

Economia Brasileira..... 8

Mercado Segurador..... 15

Glossário..... 24

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico , Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.

Editorial

Marcio Serôa de Araujo Coriolano, presidente da CNseg

O mês de julho de 2019 registrou crescimento forte, contribuindo para produzir uma variação acumulada no ano de 11,3%. Uma taxa de dois dígitos nesse período só havia sido alcançada em 2015, portanto há quatro anos. Na evolução anualizada, o setor de seguros avançou de 3,1% até junho para 5,5% até julho (*).

Na ótica mensal, julho observou – sem Saúde e sem DPVAT – crescimento geral de 16,8% sobre o mês anterior, que já havia sido de evolução significativa. Esse desempenho também resultou positivo na ótica da comparação com o mesmo mês de 2018, com crescimento nominal de 29,2%.

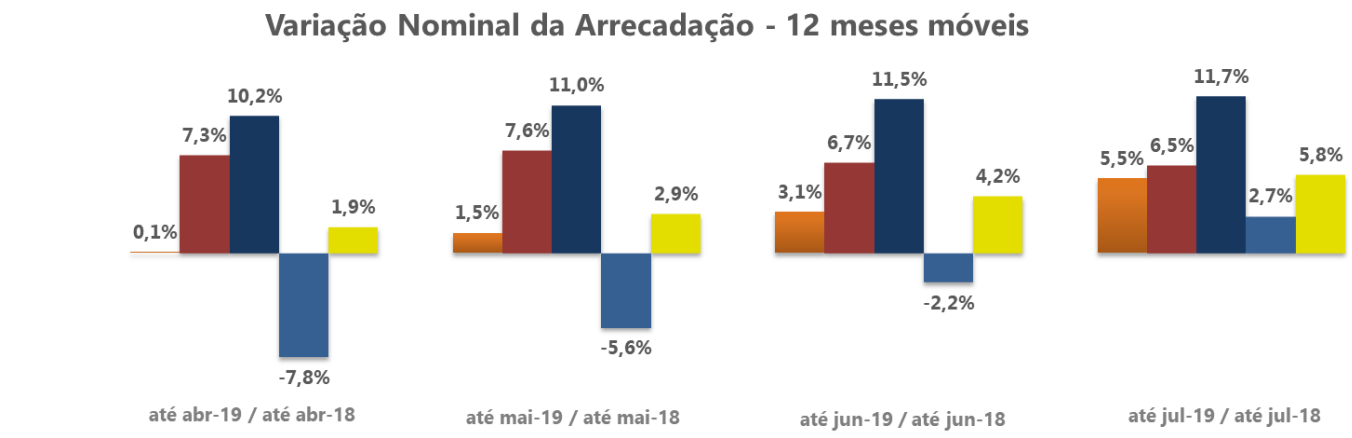
Como esta Conjuntura CNseg já vem apontando, o crescimento do setor segurador tem se mostrado desigual, com os seus segmentos e ramos respondendo diversamente ao ciclo econômico e à preferência dos clientes.

A arrecadação geral de janeiro a julho de 2019 (sem Saúde e sem DPVAT) foi de R$ 150,9 bilhões. Nessa ótica acumulada de sete meses, como referido, o setor avançou 11,3% sobre igual período de 2018. A maior contribuição para tanto foi do segmento de Cobertura de Pessoas, que cresceu 13,7%. Desta vez, além dos Planos de Risco – Vida e Prestamista terem mais uma vez se destacado, ocorreu recuperação expressiva da taxa de crescimento dos Planos de Acumulação da Família VGBL (14,6%). Já quanto ao segmento de Danos e Responsabilidades, cuja evolução foi menor, de 6,0%, o ramo Patrimonial, de grande participação relativa no segmento, permaneceu com forte desempenho (12,0%). Também observaram avanço de dois dígitos, pela ordem, os ramos de Seguros Marítimos e Aeronáuticos, de Crédito e Garantias, de Responsabilidade Civil e o Seguro Rural. O segmento de títulos de capitalização também se destaca, com um avanço de 12,7% nesses primeiros sete meses.

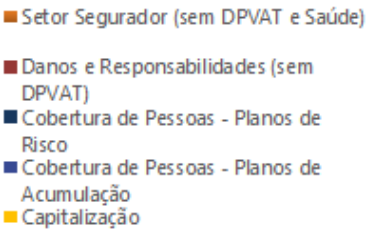
O bom desempenho registrado nesses sete meses do ano serve para ratificar a reversão da tendência do comportamento anualizado que já estava em perspectiva ao final do primeiro semestre, evidenciada pela série de 12 meses móveis, que até abril mostrava virtual estabilidade, tendo crescido 1,5% com a inclusão do mês de maio, passou a 3,1% computado o mês de junho e agora, com julho, chegou a 5,5% (*).

(*) Anualização: Agosto/2018 a Julho/2019 sobre Agosto/2017 a Julho/2018

Em seguida, no gráfico figuram as contribuições dos grandes segmentos de seguros para a taxa de crescimento total da arrecadação, ao longo da série de taxas de evolução anualizadas.



Fontes: SES (SUSEP) - Extraído em 09/09/2019



Economia Brasileira

Análise Conjuntural

Após um primeiro semestre de crescimento consideravelmente mais baixo do que se projetava, as atenções daqueles que acompanham a economia brasileira se voltam para as possibilidades (e restrições) da segunda metade do ano. No cenário interno, a reforma da Previdência passou pela Câmara dos Deputados e está cada vez mais próxima de ser concluída no Senado Federal sob olhos favoráveis do mercado e o reconhecimento, difundido na sociedade, de sua imprescindibilidade. Há certa unanimidade a respeito de essa reforma ser condição necessária – ainda que não suficiente – para o equilíbrio fiscal do governo e a consequente estabilização da economia. Os próximos passos na agenda de reformas, entretanto, tendem a ser menos consensuais e, por isso, aumentam as chances de ruídos. A reforma tributária, também considerada fundamental para a melhoria no ambiente econômico, é um exemplo disso. Há pelo menos três propostas mais consistentes e que diferem em pontos importantes: um projeto tramitando na Câmara, um no Senado e um terceiro prometido pelo Executivo, focado em tributos. As discussões recentes sobre o teto de gastos e a polêmica possibilidade de criação de um imposto sobre movimentações financeiras também são exemplos da complexidade dos desafios que o País enfrentará depois da aprovação da reforma da Previdência.

O cenário externo, que sofreu deterioração considerável nos últimos dois meses, permanece sendo fonte relevante de incerteza. A desaceleração da economia mundial – que parecia estar num horizonte relativamente distante – aparece cada vez mais próxima nos indicadores de atividade de diversos países, conforme os efeitos da guerra comercial entre os EUA e China se disseminam não apenas nessas que são as duas maiores economias do mundo, mas também em outras que estão mais fortemente integradas às complexas cadeias de produção global, a exemplo da Alemanha, maior economia da Zona do Euro. A piora da crise econômica na Argentina, que já custou alguns pontos na taxa de crescimento brasileira, pode exercer pressão adicional, principalmente porque o país vizinho é importante destino das exportações de manufaturados brasileiros. Como fator complicador, tal desaceleração ocorre em meio a um contexto geopolítico particularmente complexo, em que a hegemonia econômica e militar norte-americana é desafiada pela ascensão chinesa e o *establishment* político é constantemente submetido a testes, como no caso do colapso do governo italiano, da onda de protestos em Hong Kong e da emaranhada trama do *Brexit* do Reino Unido. Os recentes ataques a uma importante empresa estatal petroleira saudita adicionaram uma nova dose de incerteza a esse cenário.

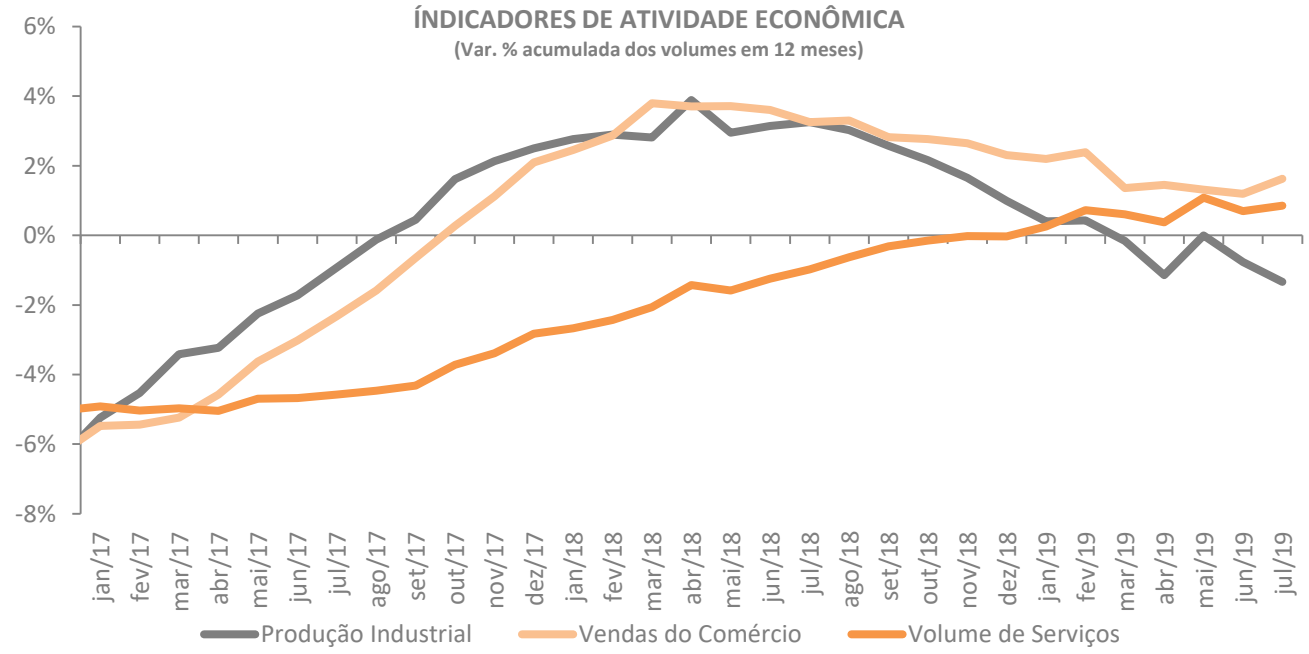
Os indicadores de atividade divulgados até o momento para o mês de julho apresentam sinais difusos, mostrando que a economia entrou no segundo semestre em ritmo ainda bastante moderado de crescimento. Enquanto os dados da indústria – que foi o destaque positivo do PIB do segundo trimestre – decepcionaram, os do comércio e dos serviços surpreenderam positivamente.

A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo IBGE, apresentou, em julho, contração de 0,3% em relação a junho na série livre de efeitos sazonais, terceira queda mensal consecutiva por essa métrica.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a queda foi ainda maior, de 2,5%, e tanto na comparação mensal quanto na interanual os números de julho vieram piores que as previsões do mercado. Com esses resultados, o setor industrial acumula queda de 1,7% no ano. Em 12 meses, a produção industrial passou de -0,8% em junho para -1,3% em julho. E, apesar de ainda haver forte discrepância entre os resultados da indústria de transformação e a extrativa, a variação acumulada em 12 meses piorou na passagem de junho para julho nos dois segmentos da indústria: na extrativa, passou de -5,5% para -6,3% e, na de transformação, de -0,1% para -0,6%.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), por outro lado, mostrou que as vendas do comércio varejista em julho cresceram 1,0% em relação a junho na série com ajuste sazonal, apresentando alta de 4,3% na comparação com o mesmo mês de 2018, resultado superior às expectativas. Em 12 meses, o crescimento acumulado é de 1,6%, na esteira do crescimento do crédito às pessoas físicas. No varejo ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o volume de vendas cresceu 0,7% em relação a junho. Em relação a julho de 2018, o comércio varejista ampliado avançou 7,6% . Com a liberação do saque parcial de contas do FGTS, as perspectivas para o comércio tendem a ser ainda melhores na segunda metade do ano. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que engloba o setor de serviços como um todo, também apresentou resultado positivo: aumento de 0,8% em relação a junho, na série livre de efeitos sazonais. Em relação a julho do ano passado, o volume de serviços cresceu 1,8%. No acumulado de 12 meses, ao passar de 0,7% em junho para 0,9% em julho de 2019, o indicador mostra que os serviços ganharam impulso, mas que ainda não configura uma trajetória clara de recuperação, já que em maio, pela mesma métrica, avançava 1,1%.

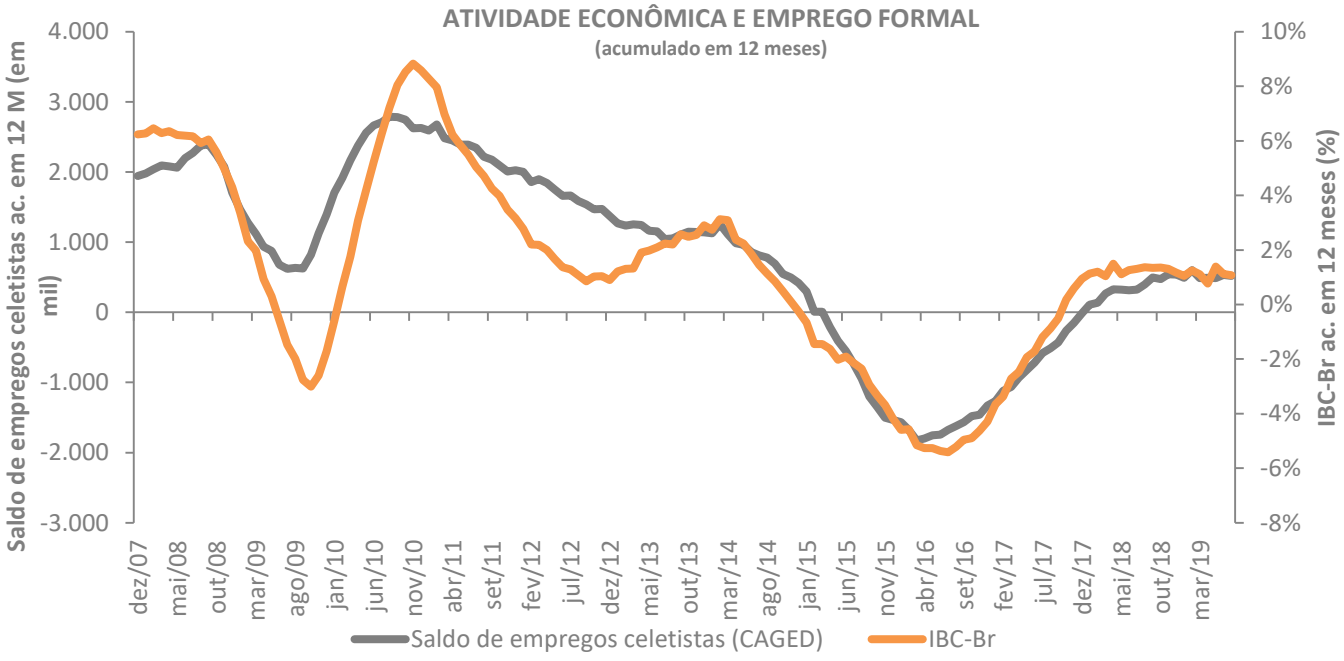
Por fim, IBC-Br, indicador de atividade do Banco Central, apresentou queda de 0,2% em julho, influenciado principalmente pelo desempenho fraco da indústria. Apesar de apresentar resultados às vezes divergentes daqueles do PIB, esse indicador ainda é um dos poucos disponíveis sobre o nível de atividade econômica agregada em periodicidade mensal. O resultado negativo no mês não deve tirar de perspectiva que, contra o mesmo mês do ano passado, o IBC-Br apresentou crescimento de 1,3%. Em 12 meses, o crescimento acumulado é de 1,1%.



Fonte: IBGE

A demanda ainda fraca, aliada a fatores pontuais como os preços de alimentos e combustíveis em baixa, continua a influenciar a inflação e limitar os possíveis efeitos que o repasse da desvalorização do câmbio poderia ter nos preços ao consumidor. O IPCA de agosto registrou variação de apenas 0,11%. Com o resultado, o índice acumula alta de 2,54% no ano. Em 12 meses, registra avanço de 3,43%, acima dos 3,22% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores, mas ainda bem abaixo da meta de 4,25% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano. A consolidação de um cenário inflacionário benigno (apesar da recente desvalorização do real), a alta capacidade ociosa da economia, as expectativas inflacionárias abaixo da meta e o bom andamento da reforma da Previdência no Congresso permitem que a autoridade monetária reduza ainda mais a taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nesta semana. Consolida-se, inclusive, um cenário em que a taxa básica de juros pode ser reduzida para níveis abaixo dos 5,00% que hoje é a mediana do mercado, como detalharemos na próxima seção.

Os dados sobre o mercado de trabalho exibem um retrato gradativamente mais favorável. A última divulgação da PNAD Contínua, referente ao trimestre móvel encerrado em julho, mostrou que a taxa de desocupação no período foi de 11,8%, aumentando um pouco o ritmo de queda interanual que vem sendo registrado desde o primeiro trimestre (-0,5p.p). Mesmo com a redução da desocupação, a renda média mensal dos ocupados continua sem crescer em termos reais, o que indica que os novos postos de trabalho têm remuneração mais baixa. Além disso, o número de ocupados sem carteira assinada também continua a crescer e é recorde (11,7 milhões de pessoas), mantendo a informalidade em alta. Entretanto, vale destacar que o emprego formal também voltou a crescer. Como se vê na figura abaixo, elaborada com dados do CAGED, o crescimento do emprego formal é consistente com a recuperação lenta da economia brasileira. Isto é, a ideia de que estamos vivenciando um episódio de "*jobless recovery*"[1] não é totalmente respaldada pelos dados. Vale lembrar que o desempenho do emprego formal no setor segurador tem sido permanentemente melhor que o da economia como um todo.



Fonte: Banco Central do Brasil e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED-ST/ME)

[1] Recuperação do nível de atividade sem recuperação correspondente no mercado de trabalho.

Após a diminuição da incerteza associada ao cenário interno por conta do andamento da reforma da Previdência, o maior foco de incerteza passou a ser o externo. Os dados divulgados nas últimas semanas e a atuação das autoridades monetárias mostram que a desaceleração do nível de atividade global deve ser relevante. Entretanto, fica também cada vez mais claro que, em todo o mundo, os formuladores de política econômica estão dispostos a tomar medidas para evitar um cenário de pouso problemático. Assim, o Brasil com uma agenda consistente de reformas e práticas amigáveis ao mercado – como um programa de privatizações e concessões, reforma tributária, independência do Banco Central (que voltou a ser discutida com mais intensidade nas últimas semanas), além da redução da burocracia e abertura comercial – pode se tornar relativamente atrativo, impulsionando, em um cenário otimista, a recuperação da economia entre o final deste ano e o início do próximo. No curto prazo, medidas como a liberação de saques do FGTS podem representar um estímulo relativamente importante em um momento de demanda comprimida.

A maior liquidez global causada pela redução generalizada dos juros ao redor do mundo (associada ao fundamental controle das contas públicas nacionais) pode representar uma janela de oportunidade para que o País experimente, pela primeira vez em sua história econômica, taxas de inflação e de juros reais estruturalmente mais baixas, estimulando a economia de maneira sustentada.

Conclui-se, portanto, que continua a ser possível manter um otimismo moderado a médio prazo. O pior cenário – que era de não aprovação da reforma da Previdência – já pode ser virtualmente descartado, permitindo que outras políticas públicas favoráveis ao mercado, que estão na agenda econômica do governo, possam reestimular o crescimento nos próximos trimestres. Passa a ser ainda mais fundamental, portanto, seguir de perto os indicadores da economia mundial para traçar cenários para a economia brasileira.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 16/09/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				13/09/19	06/09/19	16/08/19	14/06/19	04/01/19
3	PIB	0,74%	0,96%	0,87%	0,87%	0,83%	0,93%	2,53%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,66%	-1,34%	-0,47%	-0,29%	0,15%	0,65%	3,04%
3	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	0,27%	0,32%	0,53%	0,62%	2,80%
3	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	1,21%	1,28%	1,30%	1,40%	2,20%
3	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	0,71%	0,70%	0,91%	0,90%	2,57%
1	IPCA	2,54%	3,43%	3,45%	3,54%	3,71%	3,84%	4,01%
1	IGP-M	4,11%	4,96%	5,07%	5,48%	6,28%	5,98%	4,30%
1	SELIC	5,90%	5,90%	5,00%	5,00%	5,00%	5,75%	7,00%
1	Câmbio	4,14	4,14	3,90	3,87	3,78	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,78%	55,78%	56,10%	56,57%	56,50%	56,10%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-21,68	-24,39	-22,60	-22,00	-21,25	-23,00	-26,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	24,35	46,32	52,00	52,00	52,00	50,50	52,00
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	45,00	94,89	85,20	85,00	85,00	84,30	79,50
1	Preços Administrados	4,16%	3,74%	4,50%	4,60%	4,80%	5,20%	4,79%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 16/09/2019
Notas: 1- dados até agosto/19; 2- dados até julho/19; 3- dados até junho/19
*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				13/09/19	06/09/19	16/08/19	14/06/19	04/01/19
3	PIB	0,74%	0,96%	2,00%	2,07%	2,20%	2,20%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-1,66%	-1,34%	2,48%	2,75%	2,50%	2,80%	3,00%
3	PIB Indústria	-0,40%	-0,12%	2,25%	2,28%	2,90%	2,50%	3,08%
3	PIB de Serviços	1,17%	1,17%	2,10%	2,10%	2,40%	2,30%	2,55%
3	PIB Agropecuário	0,13%	1,06%	2,70%	2,80%	2,80%	2,60%	3,00%
1	IPCA	2,54%	3,43%	3,80%	3,82%	3,90%	4,00%	4,00%
1	IGP-M	4,11%	4,96%	4,05%	4,07%	4,11%	4,10%	4,00%
1	SELIC	5,90%	5,90%	5,00%	5,25%	5,50%	6,50%	8,00%
1	Câmbio	4,14	4,14	3,90	3,85	3,81	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	55,78%	55,78%	58,30%	58,55%	58,53%	58,43%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US$ bi)	-21,68	-24,39	-31,10	-31,33	-31,47	-32,80	-38,00
2	Balança Comercial (em US$ bi)	24,35	46,32	47,60	49,00	48,03	46,00	47,25
2	Investimento Direto no País (em US$ bi)	45,00	94,89	85,30	84,68	84,68	84,36	84,44
1	Preços Administrados	4,16%	3,74%	4,20%	4,30%	4,40%	4,40%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 16/09/2019
Notas: 1- dados até agosto/19; 2- dados até julho/19; 3- dados até junho/19
*Vide nota de referência de período.

Os analistas responsáveis pelas projeções compiladas do relatório Focus, do Banco Central, revisaram, no último mês, positivamente suas expectativas para o crescimento da economia este ano, de 0,83% para 0,87%, influenciados pelo resultado do PIB do segundo trimestre que, como analisamos na última edição da Conjuntura CNseg, trouxe algumas indicações positivas e afastou a possibilidade de recessão técnica.

Entretanto, a revisão negativa da projeção para o ano que vem, de 2,20% para 2,00% no último mês, está associada ao fato de que a economia brasileira, historicamente, apresenta um alta correlação cíclica com a economia global. Como as perspectivas para o crescimento no mundo se deterioraram consideravelmente no período, a revisão parece coerente.

Apesar disso, mesmo no cenário externo, houve algumas boas notícias. Os ligeiros avanços nas negociações entre EUA e China no contexto da guerra comercial são positivas , pois diminuíram a volatilidade dos mercados. O BCE (Banco Central Europeu) se juntou ao Federal Reserve (FED) e a outros bancos centrais ao redor do mundo no movimento de redução de juros, além de ter anunciado a retomada do QE (*Quantitative Easing* - afrouxamento quantitativo, compra de ativos públicos e privados por parte da autoridade monetária) em novembro.

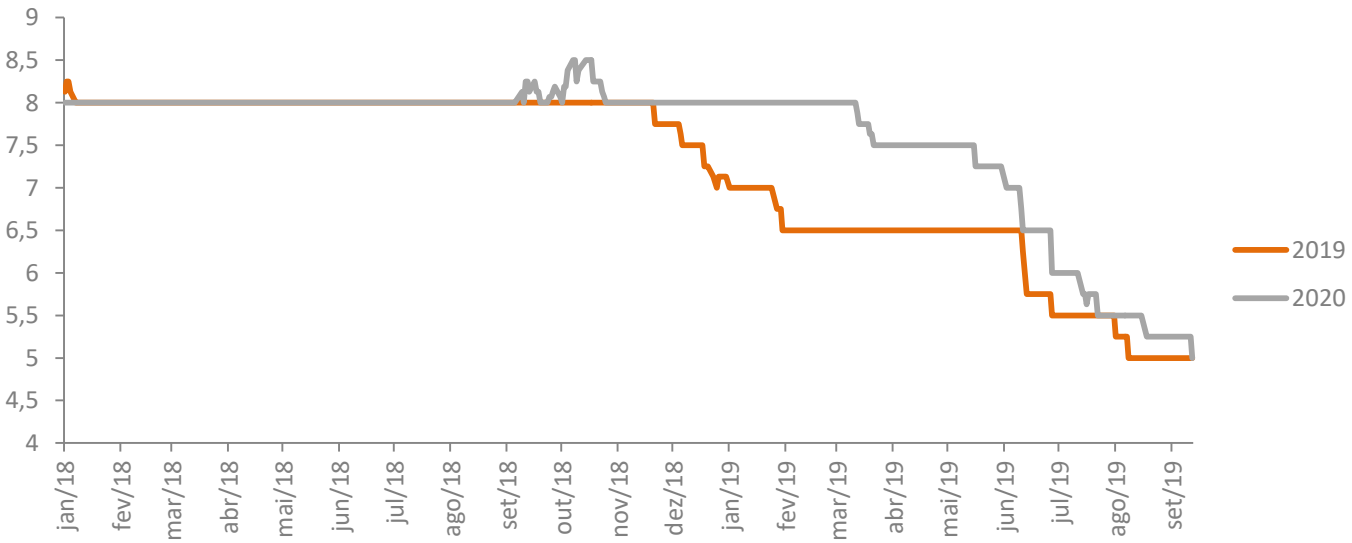
Ou seja, o cenário que se desenha é um em que a desaceleração global deve ser significativa, mas também deverá ser intensa a reação dos formuladores de política econômica – dentro das possibilidades de cada economia. Os ataques às instalações da empresa saudita Aramco fizeram o preço do petróleo subir imediatamente, mas seus efeitos devem ser observados com atenção ao longo das próximas semanas.

A projeção para a inflação medida pelo IPCA continua a ceder semana após semana, na esteira de resultados mensais baixos para a inflação oficial: no último mês, passou de 3,71% para 3,45% em 2019 e, em 2020, de 3,90% para 3,80%. Ambas as projeções estão abaixo do centro da meta de inflação estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 4,25% e 4,00%, respectivamente. Com isso, ganham força cenários em que a Selic pode ser reduzida para menos de 5,00%. As mudanças nas projeções para a política monetária, aliás, foram significativas ao longo deste ano, como mostra o gráfico abaixo. Por enquanto, a projeção mediana do Focus para a taxa básica de juros permanece em 5,00% para 2019. No entanto, para 2020, a projeção mediana caiu de 5,50% para 5,00% nas últimas quatro semanas.

Já as projeções para a taxa de câmbio, seguindo o comportamento que costumamos destacar em nossas análises – de se ajustarem mais lentamente que a projeção para outras variáveis – continuaram a subir, seguindo a intensa desvalorização do real nas últimas semanas: para o final deste ano, foi ajustada de R$/US$ 3,78 para R$/US$ 3,90. Para o final do ano que vem, de R$/US$ 3,81 para R$/US$ 3,90.

FOCUS: PROJEÇÃO MEDIANA PARA A TAXA SELIC EM 2019 E 2020

(Em %)



Fonte: Focus (BCB)

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor segurador arrecadou R$ 25,7 bilhões em julho de 2019 (sem Saúde Suplementar) e a taxa de crescimento, em relação ao mesmo mês do ano anterior, foi de 28,1%, que representa quase o dobro da taxa de crescimento observada em junho (14,3%). Quando se retira a arrecadação de DPVAT, a taxa de crescimento sobe para 29,2%, e a arrecadação fica em R$ 25,5 bilhões, considerando o mesmo período na comparação mensal.

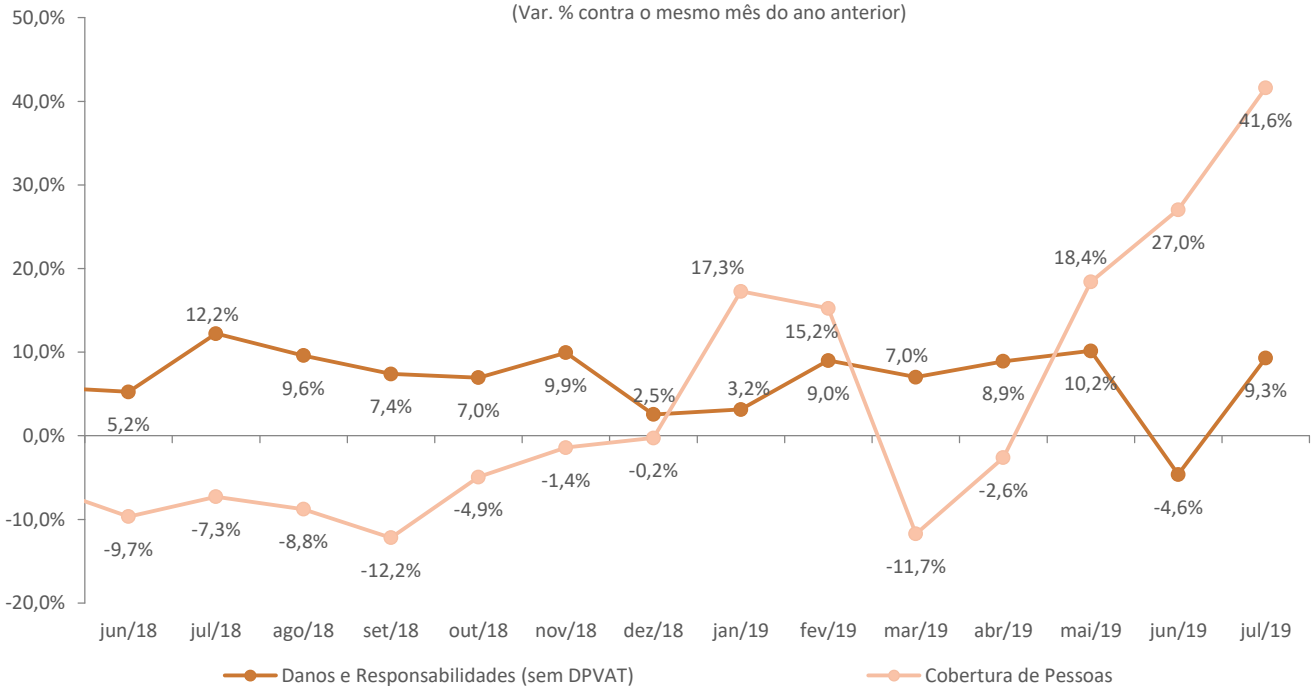
Em relação ao acumulado até julho de 2019, o valor de arrecadação ultrapassa R$ 150 bilhões (sem Saúde e sem DPVAT), com crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com a inclusão do DPVAT, a arrecadação acumulada aumenta para R$ 152,4 bilhões, com uma taxa de crescimento de 9,8%.

O comportamento negativo do segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT), observado no mês passado, foi revertido em julho, registrando variação de 9,3% contra o mesmo mês de 2018. O gráfico a seguir mostra que o referido segmento voltou, em julho, a caminhar de acordo com a sua média histórica, com taxas entre 7% e 10% de crescimento mensal interanual.

Por outro lado, o segmento de Cobertura de Pessoas segue uma tendência positiva e crescente, contribuindo fortemente para o bom desempenho do setor segurador em 2019. No gráfico abaixo, é possível observar forte melhora no desempenho do segmento a partir de março de 2019, quando esse conjunto de produtos variava -11,7% em relação a 2018, chegando, em julho, aos notáveis 41,6% de crescimento na mesma métrica de comparação.

DANOS E RESPONSABILIDADES E COBERTURA DE PESSOAS

(Var. % contra o mesmo mês do ano anterior)



Fonte: Susep

Com o resultado de julho extremamente positivo, o segmento de Cobertura de Pessoas saiu de uma taxa de crescimento de 1,3%, no acumulado em 12 meses móveis terminados em junho deste ano em relação ao mesmo período em 2018, para 5,0% em julho, na mesma métrica de comparação. No desempenho acumulado nos sete primeiros meses do ano, o crescimento foi de 13,7% em relação a 2018, com um volume arrecadado de R$ 94,7 bilhões.

Os Planos de Acumulação em Cobertura de Pessoas vêm apresentando uma excelente performance nos últimos meses, apresentando crescimento de robustos 52,0% na comparação entre julho de 2019 e de 2018. Desta maneira, a taxa de crescimento nos 12 meses móveis findos em julho, comparando-os com o mesmo período em 2018, foi de 2,5%, evidenciando uma mudança de tendência para esses produtos uma vez que a taxa, na mesma métrica, referente a junho foi de -2,2%. Os produtos da Família VGBL, responsáveis por mais de 90% do volume de contribuição desse subsegmento, são os grandes protagonistas de tal crescimento. Em relação a julho do ano passado, a arrecadação dos referidos produtos cresceu 55,8%, acumulando um total de R$62,4 bilhões nos sete primeiros meses de 2019 – expansão 14,6% maior do que no mesmo período do ano anterior.

Dados do Google Trends mostram que o interesse pelo termo “previdência privada” não apenas apresenta tendência de alta, especialmente neste ano, como teve o ponto de maior interesse em julho, quando a reforma da Previdência foi debatida e a seguir aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados. Patamares semelhantes, ainda que ligeiramente inferiores, só foram alcançados quando o governo de Michel Temer enviou sua proposta de reforma da Previdência, em forma de PEC, ao Congresso no final de 2016.

A captação líquida da Família VGBL, isto é, o volume arrecadado subtraído do volume de resgates e pagamentos de benefícios, foi de R$ 6,2 bilhões em julho de 2019, representando uma variação de 167,3% em relação a julho do ano passado. Entre janeiro e julho deste ano, a captação líquida acumulada foi de R$ 27,2 bilhões, um crescimento de 36,1% em relação ao mesmo período de 2018.

Em Planos de Risco de Cobertura de Pessoas, o crescimento em julho de 2019 foi de 21,0%, em relação ao mesmo mês de 2018, com uma arrecadação de R$ 3,8 bilhões. Até julho de 2019, acumulou-se R$ 25 bilhões em arrecadação, representando um crescimento de 15,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

De uma forma geral, os Planos de Risco têm apresentado uma performance constantemente positiva; no entanto, os seguros de Vida e Prestamista continuam sendo destaque no subsegmento, apresentando, em julho de 2019, crescimentos de 30,5% e 28,2%, em relação a 2018, respectivamente. É importante destacar que o desempenho do Prestamista vem acompanhando o mercado nacional de crédito, que utiliza essa modalidade de seguro como proteção. No 1º semestre de 2019, segundo dados do Serasa Experian, a demanda por crédito apresentou um crescimento de 24,0% em relação ao mesmo período de 2018.

O segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT) mostrou recuperação para o seu patamar histórico em julho e acumulou, nos sete primeiros meses do ano, uma arrecadação de R$ 42,6 bilhões, representando um crescimento de 6,0%, em relação a 2018. No acumulado dos 12 meses findos em julho, o crescimento observado foi de 6,5% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores. É importante, porém, destacar que tal desempenho continua a apresentar tendência mensal de queda, em que o “pico” mais recente foi em dezembro de 2018 (quando o crescimento foi de 8,1%, na mesma métrica).

O seguro de Automóvel, produto de maior representatividade em seu segmento, que em junho apresentou queda (-5,6%) na arrecadação em relação ao ano anterior, em julho, obteve um desempenho positivo, com crescimento de 4,3% na mesma métrica de comparação. No acumulado até julho de 2019, o referido produto cresceu apenas 0,1% em relação a 2018, acumulando uma arrecadação de R$20,6 bilhões neste ano. Apesar dos números positivos para o mês, na comparação em 12 meses móveis, as taxas de crescimento ainda vêm caindo, conforme mostra tabela a seguir.

Mês	Variação 12 meses móveis (em relação ao ano anterior)	
	Seguro Auto	Emplacamento
jan-19	4,7%	12,4%
fev-19	4,1%	13,1%
mar-19	3,6%	12,1%
abr-19	2,5%	9,9%
mai-19	2,6%	11,6%
jun-19	2,0%	12,3%
jul-19	1,7%	12,0%

Fonte: Susep e Anfavea

De acordo com dados da Anfavea, na comparação dos 12 meses móveis, a taxa de crescimento dos emplacamentos de veículos passou a ser sistematicamente superior à da arrecadação do seguro de Automóvel a partir de novembro de 2017. A diferença entre as taxas vem crescendo desde então e, em julho de 2019, observou-se uma distância de mais de 10 p.p entre elas.

Ainda no âmbito do seguro de Automóvel, vale a pena destacar o seguro Auto Popular, que, mesmo com pouca representatividade, tem ganhado força em 2019, apresentando uma taxa de crescimento de 649,7% na comparação entre julho de 2019 e de 2018. No acumulado em 2019, o Auto Popular cresceu 303,0%, em relação ao ano passado, totalizando uma arrecadação de R$ 6,6 milhões.

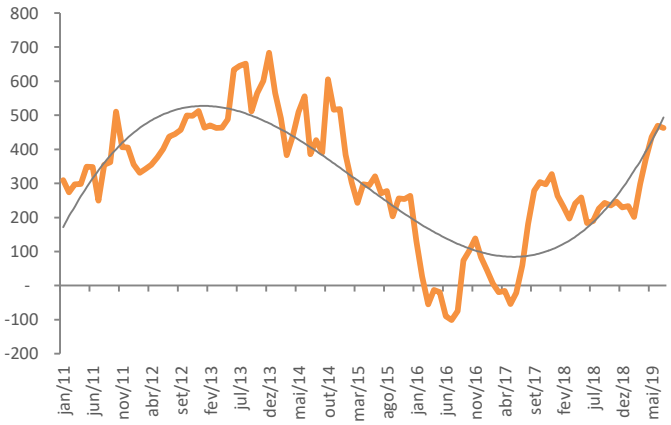
O seguro Rural segue colhendo frutos do Plano Safra 2019/2020[2] – programa nacional de subvenção agrícola e pecuária, com um crescimento de 26,0% em julho de 2019, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e de 14,3% no acumulado neste ano, comparando-o com o ano anterior. Em relação aos demais produtos do segmento de Danos e Responsabilidades, destacam-se também, no acumulado até julho de 2019, as performances dos produtos: Patrimonial (12,0%), Rural (14,3%), Responsabilidade Civil (19,8%), Crédito e Garantia (23,5%) e Marítimos e Aeronáuticos (33,8%).

Os Títulos de Capitalização faturaram R$ 2,1 bilhões em julho de 2019, representando um crescimento de 19,8% em relação a 2018. No acumulado do ano, o faturamento totalizou R$ 13,6 bilhões, com um crescimento de 12,7% na comparação com os sete primeiros meses de 2018.

Em relação à captação líquida, os Títulos de Capitalização apresentaram uma evolução de 69,0%, na comparação entre julho de 2019 e de 2018, com um montante de R$ 472,8 milhões. Esse resultado é um dos melhores para o segmento, nessa métrica, desde dezembro de 2014, conforme ilustrado pelo gráfico a seguir. Em 2019, a captação líquida acumulada alcançou R$ 2,5 bilhões, representando um crescimento de 25,5% em relação a 2018.

CAPTAÇÃO LÍQUIDA - CAPITALIZAÇÃO

(Média Móvel, 3 meses – em milhões R$)



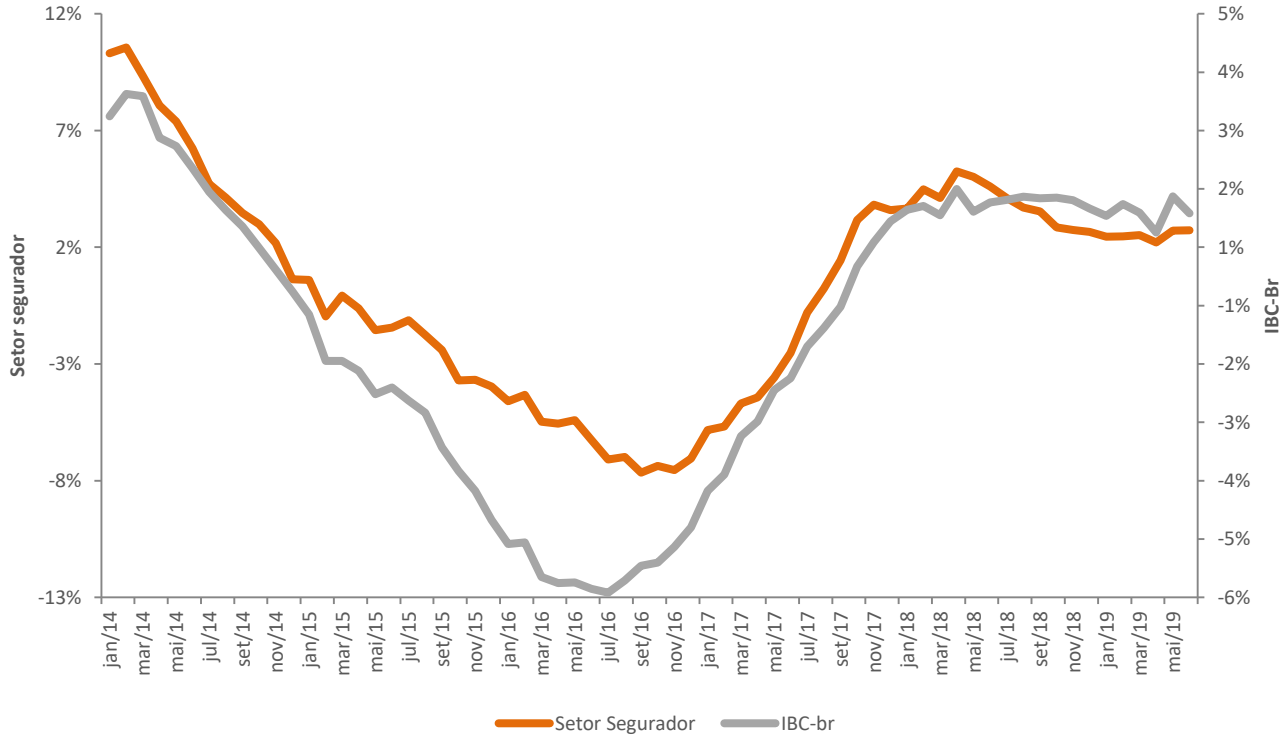
Fonte: Susep

O setor segurador, sem Saúde Suplementar, continua a apresentar forte correlação com o desempenho da economia – principalmente quando se excluem o DPVAT, que tem tarifa controlada pelo governo, e o VGBL, que vem apresentando grande volatilidade. Portanto, como indica o gráfico a seguir, caso o desempenho dos Planos de Acumulação em Cobertura de Pessoas se mantinha positivo e a economia reagir mais fortemente no segundo semestre de 2019 (como espera grande parte dos economistas), são grandes as chances de que o desempenho do setor segurador no 2º semestre seja bastante favorável, concretizando assim um ano positivo para o setor, apesar da lenta retomada da economia.

[1] Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
[2] Mais informações em: http://www.agricultura.gov.br/plano-safra

ARRECADAÇÃO REAL DO SETOR SEGURADOR x IBC-BR

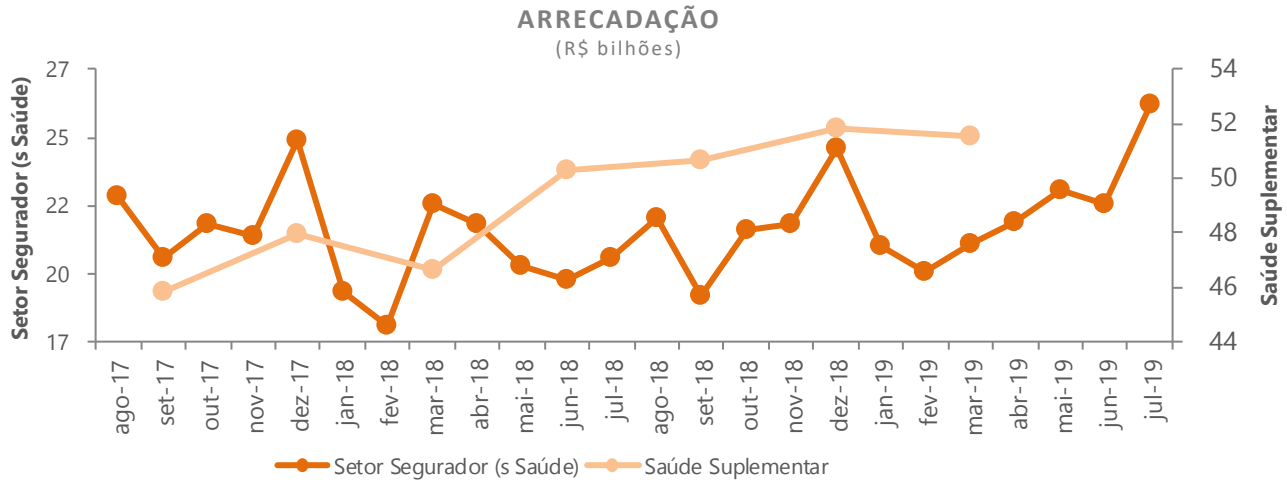
(Var. % 12 meses móvel)

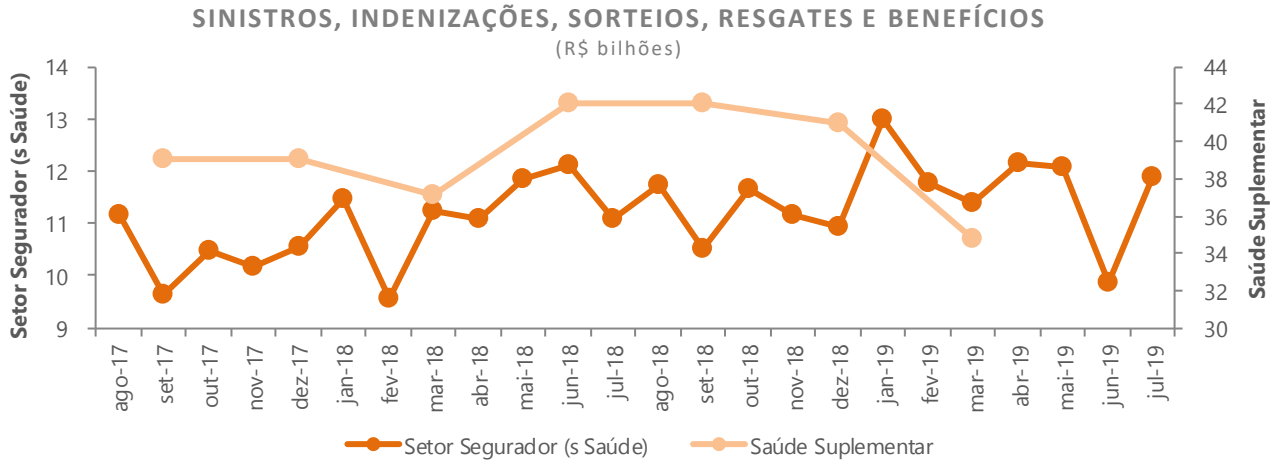


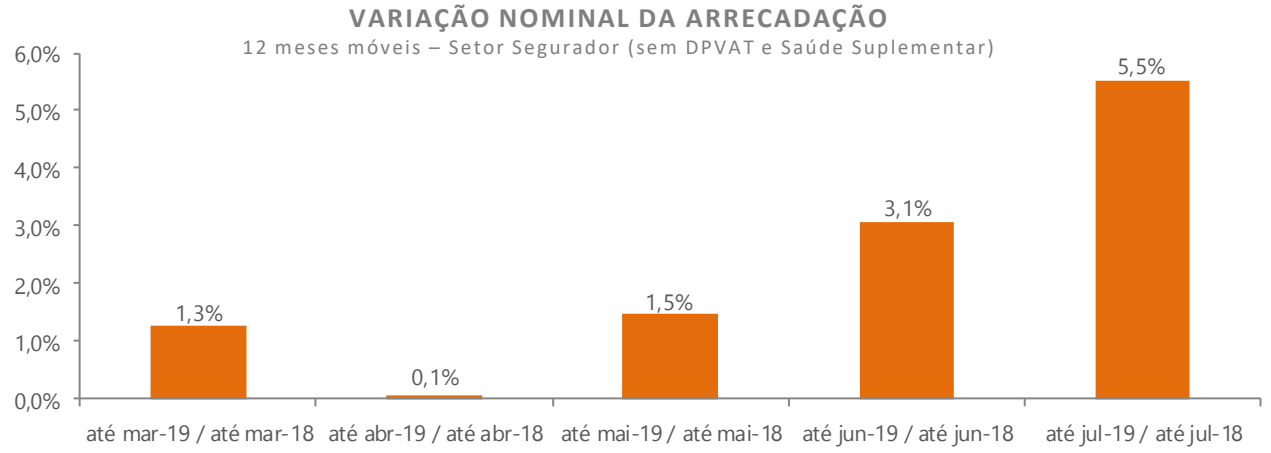
Fontes: SUSEP e BCB

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 09/09/19)







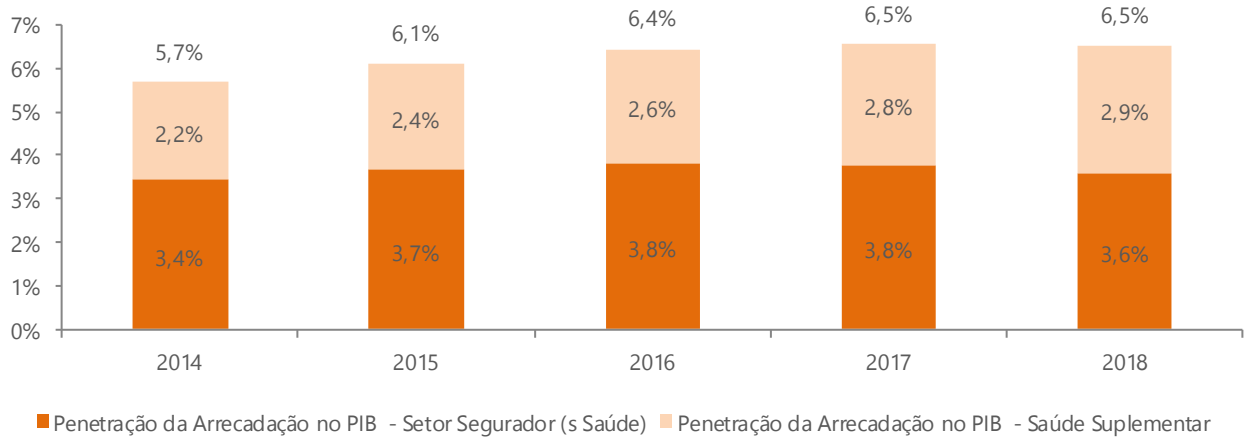
Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação
(em milhões R$)

	Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até julho		Variação %	julho	julho	Variação %
		2018	2019		2018	2019	
1	**Danos e Responsabilidades (s DPVAT)**	**40.197,05**	**42.605,25**	**5,99%**	**6.418,37**	**7.015,39**	**9,30%**
1.1	**Automóvel**	**20.616,54**	**20.636,06**	**0,09%**	**3.170,55**	**3.305,44**	**4,25%**
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	340,47	359,99	5,73%	53,01	58,27	9,92%
1.1.2	Casco	14.243,78	13.963,88	-1,97%	2.175,99	2.189,73	0,63%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	4.541,65	4.494,99	-1,03%	704,91	712,26	1,04%
1.1.4	Outros	1.490,64	1.817,20	21,91%	236,64	345,18	45,86%
1.3	**Patrimonial**	**6.860,97**	**7.680,96**	**11,95%**	**1.130,86**	**1.292,33**	**14,28%**
1.3.1	Massificados	5.075,61	5.649,74	11,31%	781,24	889,43	13,85%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	1.728,48	1.833,04	6,05%	269,53	291,05	7,98%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	258,77	265,15	2,47%	40,93	42,42	3,63%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	1.348,77	1.478,01	9,58%	222,43	230,87	3,79%
1.3.1.4	Outros	1.739,60	2.073,54	19,20%	248,34	325,09	30,90%
1.3.2	Grandes Riscos	1.592,71	1.711,40	7,45%	306,31	365,93	19,46%
1.3.3	Risco de Engenharia	192,64	319,83	66,02%	43,31	36,97	-14,64%
1.4	**Habitacional**	**2.329,34**	**2.406,28**	**3,30%**	**338,71**	**346,92**	**2,42%**
1.5	**Transportes**	**1.727,58**	**1.877,90**	**8,70%**	**263,16**	**299,99**	**14,00%**
1.5.1	Embarcador Nacional	548,67	577,26	5,21%	83,95	104,50	24,47%
1.5.2	Embarcador Internacional	286,83	315,52	10,00%	37,85	54,17	43,11%
1.5.3	Transportador	892,09	985,13	10,43%	141,35	141,32	-0,02%
1.6	**Crédito e Garantia**	**2.348,81**	**2.899,65**	**23,45%**	**401,63**	**420,54**	**4,71%**
1.7	**Garantia Estendida**	**1.730,00**	**1.837,87**	**6,23%**	**241,79**	**250,96**	**3,79%**
1.8	**Responsabilidade Civil**	**948,05**	**1.135,91**	**19,82%**	**145,23**	**167,14**	**15,08%**
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	202,75	258,97	27,73%	26,74	32,80	22,67%
1.8.2	Outros	745,30	876,94	17,66%	118,49	134,33	13,37%
1.9	**Rural**	**2.536,11**	**2.898,40**	**14,29%**	**422,88**	**532,69**	**25,97%**
1.10	**Marítimos e Aeronáuticos**	**411,33**	**550,55**	**33,85%**	**32,81**	**49,44**	**50,68%**
1.10.1	Marítimos	210,28	254,91	21,22%	20,49	20,76	1,34%
1.10.2	Aeronáuticos	201,04	295,64	47,05%	12,32	28,68	132,72%
1.11	**Outros**	**688,32**	**681,68**	**-0,97%**	**270,75**	**349,94**	**29,25%**
2	**Coberturas de Pessoas**	**83.235,49**	**94.659,22**	**13,72%**	**11.564,46**	**16.378,53**	**41,63%**
2.1	**Planos de Risco**	**21.510,27**	**24.929,37**	**15,90%**	**3.137,60**	**3.795,20**	**20,96%**
2.1.1	Vida	8.429,14	9.961,48	18,18%	1.222,19	1.595,52	30,55%
2.1.2	Prestamista	6.421,19	8.008,82	24,72%	921,59	1.181,93	28,25%
2.1.3	Viagem	295,09	358,52	21,49%	54,62	61,63	12,83%
2.1.4	Outros	6.364,85	6.600,55	3,70%	939,20	956,12	1,80%
2.2	**Planos de Acumulação**	**59.340,32**	**67.595,58**	**13,91%**	**8.065,28**	**12.261,14**	**52,02%**
2.2.1	Família VGBL	54.463,70	62.432,71	14,63%	7.364,25	11.473,03	55,79%
2.2.2	Família PGBL	4.876,62	5.162,87	5,87%	701,02	788,11	12,42%
2.3	**Planos Tradicionais**	**2.384,90**	**2.134,26**	**-10,51%**	**361,59**	**322,20**	**-10,89%**
3	**Capitalização**	**12.055,78**	**13.591,65**	**12,74%**	**1.756,19**	**2.103,74**	**19,79%**
=1+2+3	**Setor Segurador (s DPVAT)**	**135.488,32**	**150.856,12**	**11,34%**	**19.739,02**	**25.497,66**	**29,17%**
4	**DPVAT**	**3.333,92**	**1.569,41**	**-52,93%**	**322,81**	**209,26**	**-35,18%**
=1+2+3+4	**Setor Segurador**	**138.822,24**	**152.425,53**	**9,80%**	**20.061,83**	**25.706,92**	**28,14%**

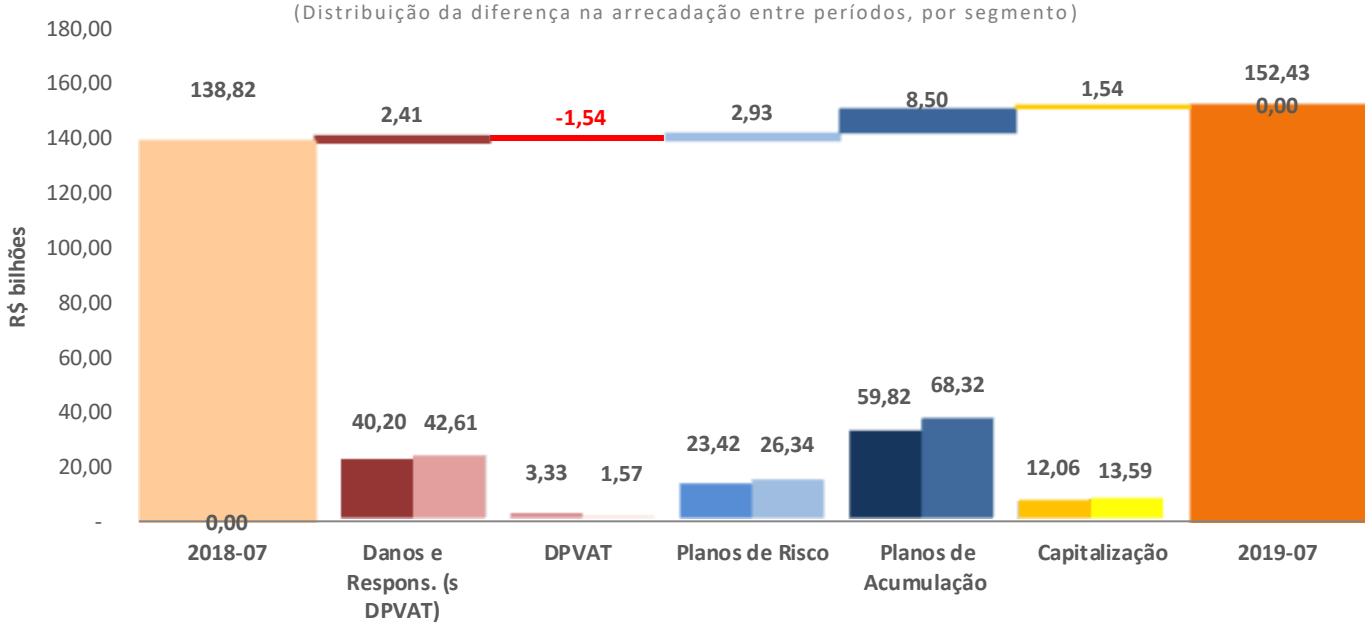
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



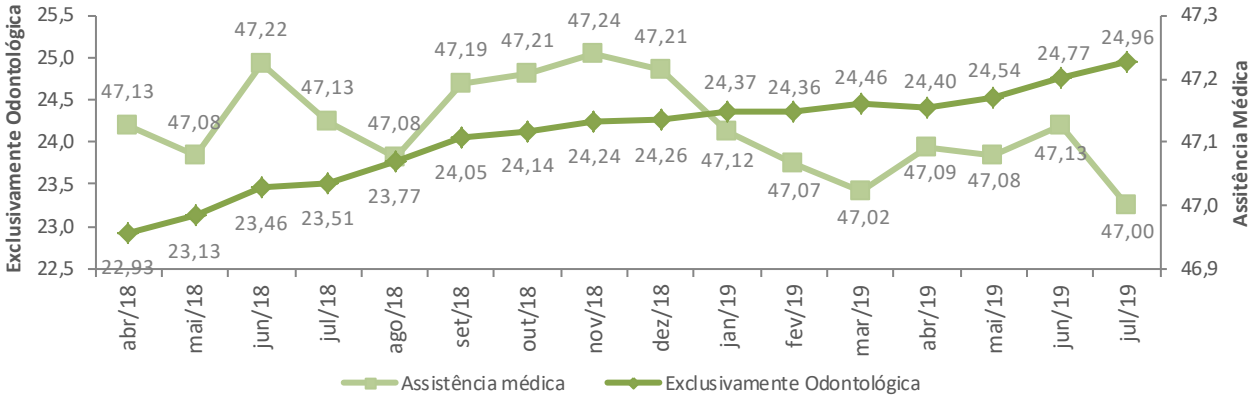
DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

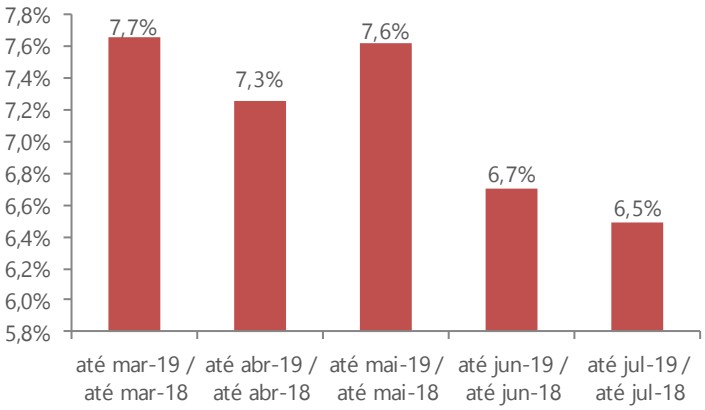
(em milhões de usuários)



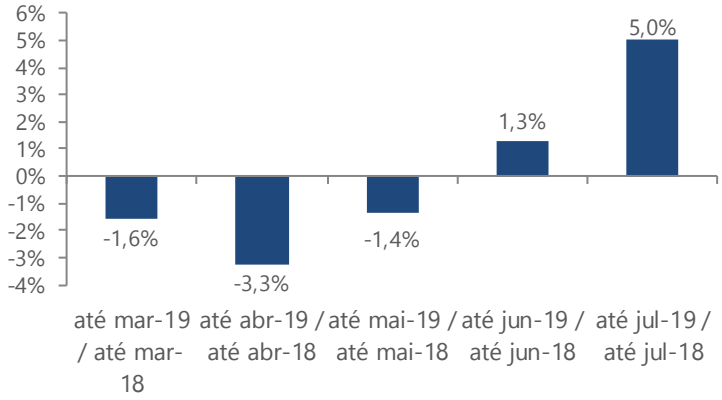
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO
12 MESES MÓVEIS

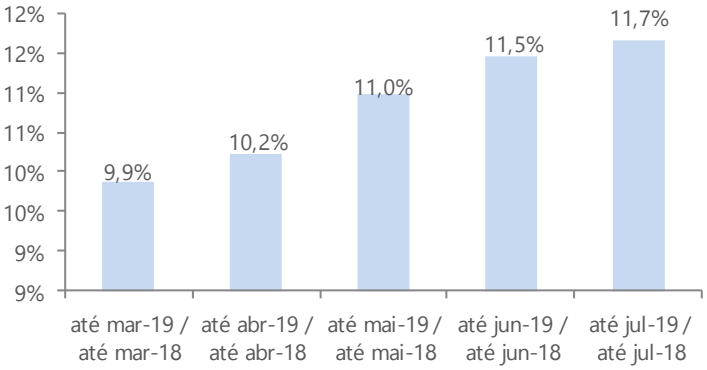
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



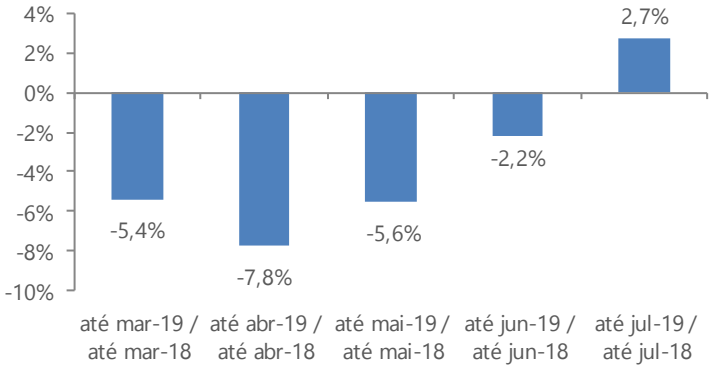
Cobertura de Pessoas



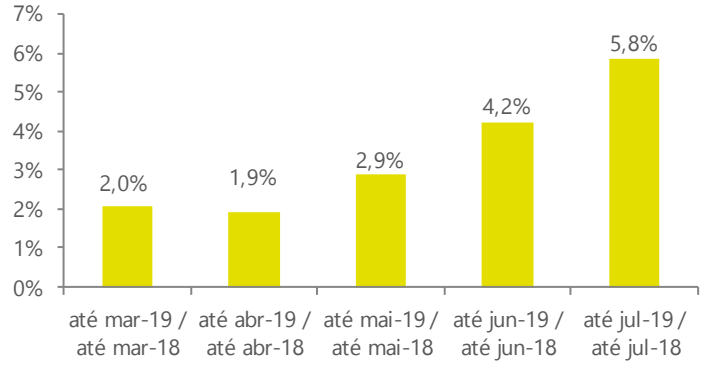
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



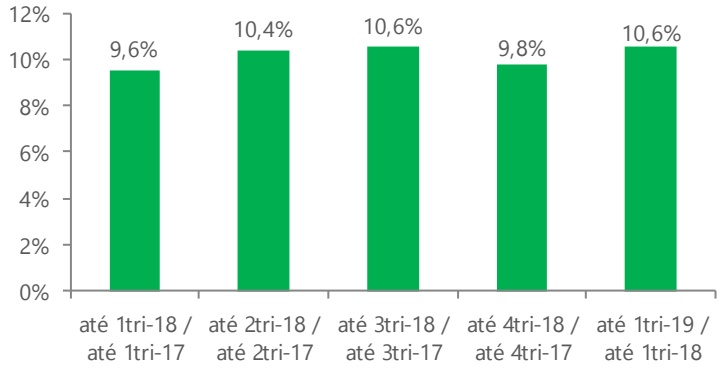
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



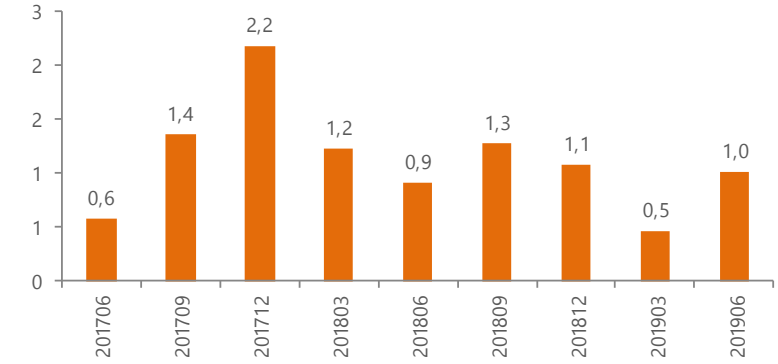
Saúde Suplementar



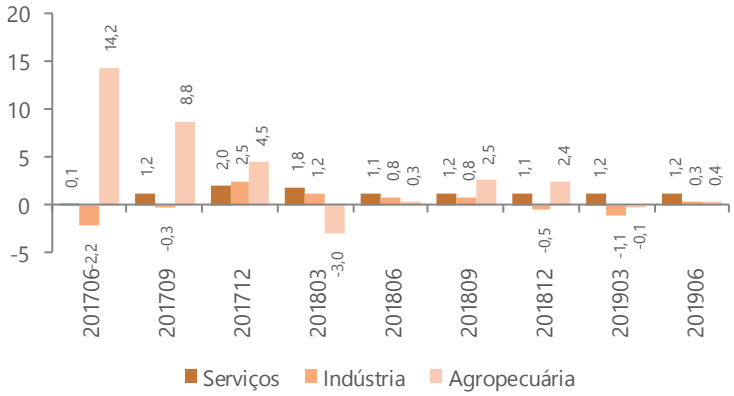
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 10/09/19)

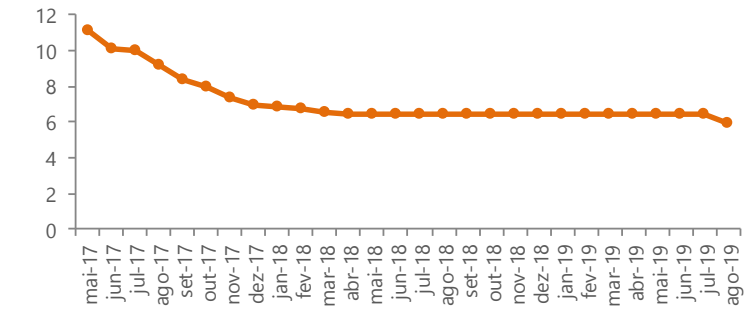
PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



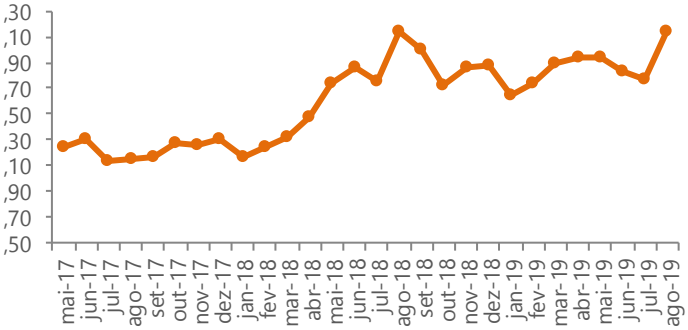
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



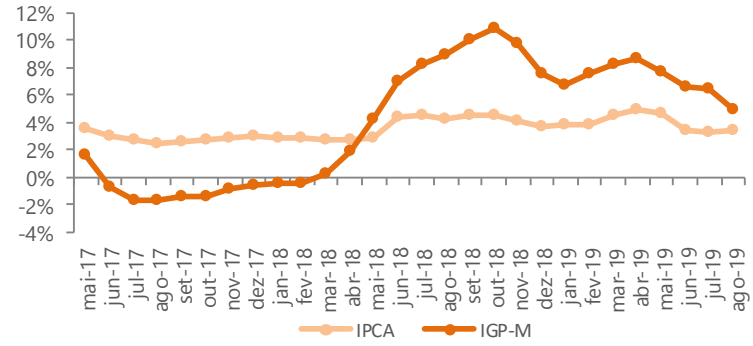
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



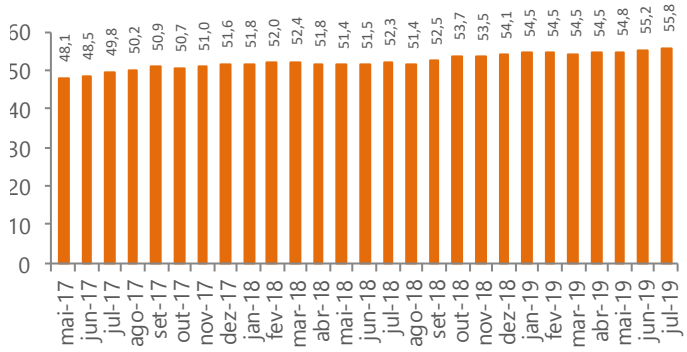
TAXA DE CÂMBIO – R$/US$
(taxa de fim de período)



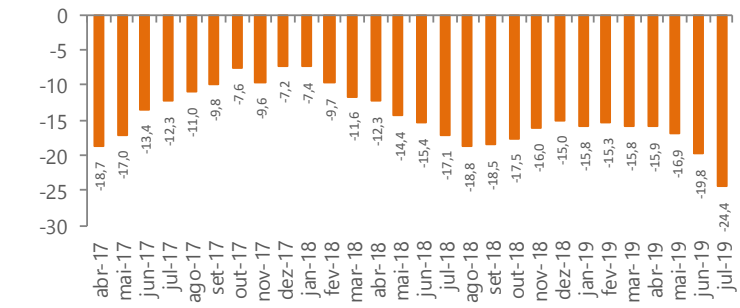
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



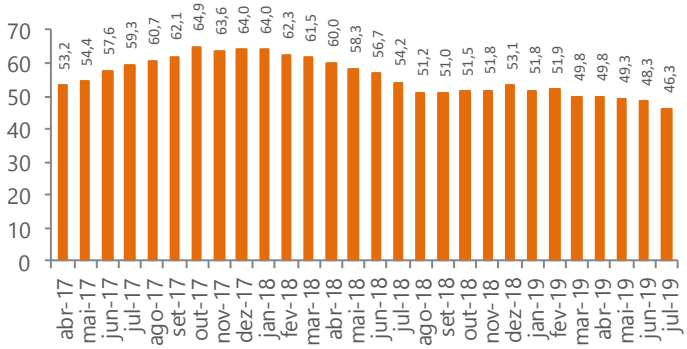
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US$ bilhões, ac. em 12 meses)



Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Osvaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 10 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador

CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização